



ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



POLÍCIA MILITAR
POR TODO O PARÁ



CORREGEDORIA-GERAL



Corregedoria-Geral da PMPA.

A Corregedoria-Geral é o órgão correicional da Polícia Militar do Pará responsável pela orientação, prevenção, fiscalização das atividades funcionais e da conduta profissional dos seus integrantes. Ao mesmo tempo, é responsável por promover de modo efetivo e eficaz o fiel cumprimento das legislações específicas que regem a atividade policial militar, contribuindo para o aumento da credibilidade, da legitimidade institucional e da confiança na Corporação.

A Corregedoria, diretamente vinculada ao Comandante-Geral, atua em todo o território, por meio das Comissões de Corregedoria dos Comandos Operacionais Intermediários (COINT) com efetivo total de 268 policiais militares. A Corregedoria é chefiada pelo Coronel QOPM Ricardo André Bilóia da Silva e a sede está localizada na Avenida Magalhães Barata, n.º 1.005, no bairro Nazaré, em Belém.

Acolhimento ao Cidadão

O público tem à sua disposição o Registro Geral com atendimento 24h por dia, sete dias por semana, podendo oferecer denúncias relacionadas à atuação policial e que podem resultar na abertura de procedimentos administrativos de verificação de conduta, que podem ou não ocasionar punição administrativa e/ou o encaminhamento à Justiça Militar para o devido processamento em âmbito criminal.

Em 2021, foram realizados 442 registros, demonstrando o esforço da Corregedoria em melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade paraense.



Atendimento ao Cidadão.



Encaminhamento das notícias de fato/denúncia

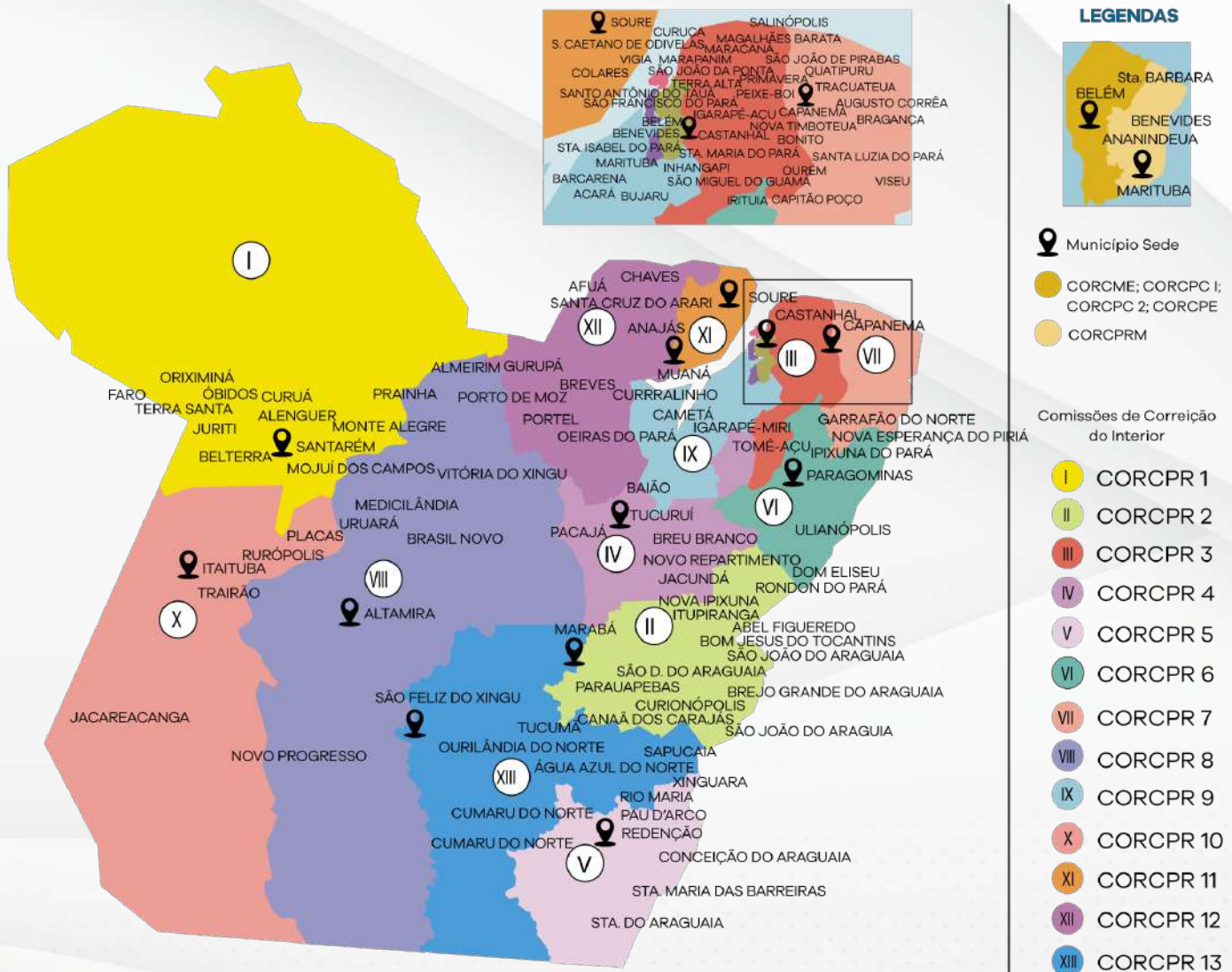
Todas as denúncias relatadas no Registro Geral da Corregedoria são encaminhadas para análise do Subcorregedor-Geral para avaliar, de acordo com a necessidade e complexidade dos casos, se a acusação será apurada pelas Comissões de Corregedoria da capital, da Região Metropolitana de Belém ou pela Divisão de Polícia Judiciária Militar (DPJM), que trata de investigações de caráter altamente sigilosas dentro da Corporação.

Estrutura das Comissões de Corregedoria

A Corregedoria da PMPA atua de forma descentralizada no estado do Pará, com Comissões instaladas na Capital, Região Metropolitana e nos principais municípios em que as sedes são coincidentes com as Regiões Integradas da Segurança Pública (RISP), para melhor atender à população e solucio-

nar os dos processos e procedimentos ocorridos nos locais mais distantes do estado.

O mapa a seguir apresenta a distribuição das comissões de corregedoria com os respectivos municípios que atendem:





Processos e Procedimentos

As transgressões cometidas por policiais militares são apuradas pela Corregedoria-Geral por meio de investigação preliminar e sigilosa. Em seguida, é realizada a abertura do processo administrativo disciplinar e é aplicada a penalidade correspondente à falta administrativa. No caso de crime, abre-se inquérito policial militar, que é encaminhado à Justiça Militar e transformado em ação penal militar.

O papel a ser desempenhado pela Corregedoria-Geral está eminentemente ligado ao âmbito disciplinar, sendo realizadas ações rápidas, objetivas e imparciais, que zelam pelos princípios da hierarquia e da disciplina.

Este órgão correicional entende que a prevenção e a orientação têm fundamental relevância para alcançar sua meta legalmente instituída, por meio de decisões administrativas, de capacitação e de reflexão da tropa nos assuntos que tratam da disciplina como fim. Por conseguinte, tem a função de zelar pelo bom andamento dos processos e dos procedimentos administrativos.

Em 2021, foram instaurados 1.901 processos e procedimentos pelas Comissões de Corregedoria da PMPA.



Fonte: Corregedoria-Geral PMPA

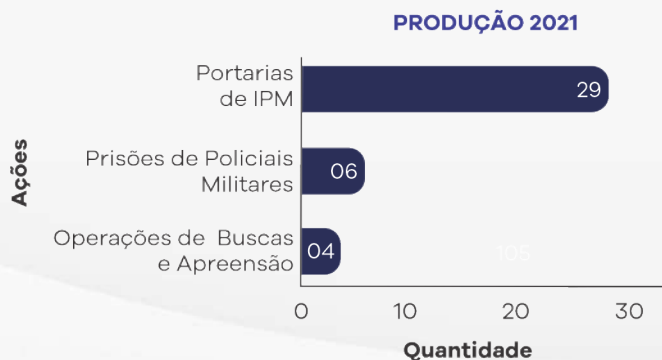
INOVAÇÕES

Divisão de Polícia Judiciária Militar – DPJM

Atua na investigação de crimes militares que necessitam de técnicas avançadas de coleta de dados, com ferramentas operacionais investigativas, com larga utilização de pedidos de medidas cautelares como: busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico e telemático, quebra de sigilo bancário e fiscal, além de assessorar o Corregedor-Geral e os COINTs. Coordena a Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO), é responsável pelo planejamento das ações e pelo encaminhamento das comunicações disciplinares registradas pelos Oficiais da RDO.

A Divisão é composta por 5 oficiais e 7 praças que estão em constante aprimoramento, de acordo com a doutrina de corregedoria.

Em 2021, foram instaurados 29 Inquéritos Policiais Militares (IPM), 06 prisões de policiais militares e 04 operações de busca e apreensão.



Fonte: Divisão de Polícia Judiciária Militar



Divisão de Análise e Provas Técnicas - DPAT

Realiza perícias técnicas em dispositivos eletrônicos (celulares, tablets, computadores, drones, DVR-digital vídeo recorder, etc) com extração de dados e fornecimento de provas, de forma a responder às quesitações elaboradas pelo encarregado, visando a construção técnica de provas.

HARDWARES UTILIZADOS

03 CPUs DELL OPTIPLEX 3080 (Processador I5, 1.8 GHz, 08 GB DDR 4, SSD 256GB);
01 Workstation (Processador Intel Xeon ES-1231 v3.4 GHz; RAM 8GB DDR3; Placa de Vídeo NVIDIA Quadra K2000 2GB).

Atualmente a DAPT possui cerca de 20 Terabytes de espaço para armazenamento de dados.

Sistemas:

A DAPT está em fase de desenvolvimento de sistema próprio que forneça acompanhamento e agilidade na geração de relatórios, em que o usuário (perito) insere as informações necessárias e o sistema gera os relatórios em formato padronizado.

Fonte: Corregedoria-Geral/PMPA.

Sistema de Corregedoria – SICOR

O Sistema de Corregedoria (SICOR) foi recentemente adquirido junto à Polícia Militar de Minas Gerais por meio de Convênio celebrado entre a PMPA e a PMMG, após tratativas iniciais decorrentes de Visita Técnica dos Majores Fábio Valcácio e Martins Júnior, aos estados de Minas Gerais e de São Paulo. Após aceitação do Corregedor-Geral e o reconhecido empenho do Comandante-Geral, foi estipulado o prazo de seis meses para que o SICOR seja incorporado à rotina da Corporação.

Após implementação e adaptação, o SICOR permitirá o completo controle sobre todos os procedimentos e processos disciplinares da PMPA. Nele será possível unificar o cadastro de todas as portarias instauradas pela Corregedoria-Geral, por suas Comissões e por todas as demais autoridades delegantes, com poderes disciplinares.

Além do cadastro, será possível acompanhar em tempo real a tramitação de todos os procedimentos e processos disciplinares, identificando eventuais dificuldades para a devida conclusão nos prazos legais. Todas as autoridades delegantes, respeitando seus níveis de competência, poderão ter acesso aos gráficos gerados automaticamente, que possibilitarão a análise da real situação de todos os processos sob sua responsabilidade, como por exemplo: encarregados, investigados, fatos, vítimas, prazos etc.

O uso do SICOR evitará a duplicidade de apurações sobre o mesmo fato, além de proporcionar maior equidade às soluções dadas a situações semelhantes, mas que estejam sendo apuradas por autoridades distintas. De modo geral, a informatização desse controle correicional será uma excelente ferramenta de gestão, evitando injustiças e impunidades. Além disso, proporcionará aos Comandantes realizar diagnósticos estatísticos, visando a apresentação de soluções que tenham como objetivo a melhoria do serviço desenvolvido pela Polícia Militar do Pará.



Melhorias em 2021

- Aumento de 457,12% no quantitativo de dispositivos móveis analisados quando comparado ao ano de 2020, totalizando 46 dispositivos;
- Aumento em 1900% na capacidade de armazenamento de dados quando comparados ao ano 2020;
- Aquisição de 03 Computadores DELL OPTIPLEX;
- Aquisição de 02 Workstations;
- Capacitação do efetivo no uso de ferramentas avançadas;
- Visita técnica na Seção de Perícias e Apoio (SPA) da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

DIVISÃO DE ANÁLISE E PROVAS TÉCNICAS

Produção	2020	2021	%
Dispositivos Periciados	07	39	457,12
Capacidade de Processamento (Computadores)	01 Notebook	03 Pcs i5 2 02 Workstations	400
Capacidade de Armazenamento (Hds/SSDs)	01 Tb	20 Tb	1900
Capacitação XRY / XAMN	∅	02	100
Capacitação Visita técnica	∅	03	100

Fonte: Divisão de Análise e Provas Técnicas

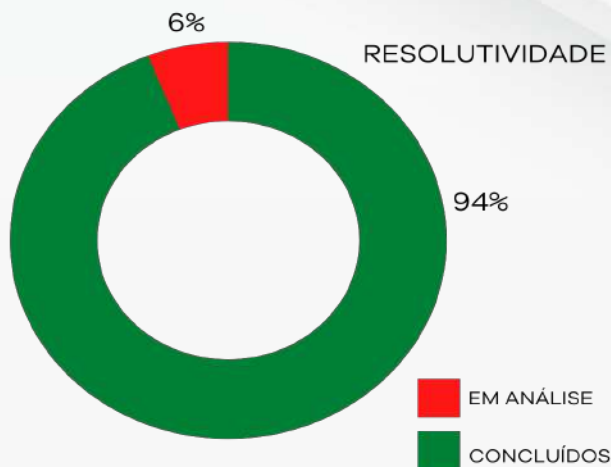


Divisão de Inteligência

O Art. 10 § 2º, inciso V, alíneas a e b, da Lei Complementar n.º 126, de 13 de janeiro de 2020, dispõe sobre a criação no âmbito da Corregedoria-Geral, da Divisão de Inteligência (D.INT), visando ao assessoramento das operações correicionais. A Divisão tem como objetivo principal a produção de conhecimento e de provas de eventuais desvios de condutas praticadas por policiais militares no cometimento de crimes ou transgressões disciplinares contra qualquer cidadão e contra seus próprios pares.

A Divisão de Inteligência, espécie de Inteligência de Polícia Judiciária, desenvolve suas atividades funcionais baseada na previsão legal a partir da produção de conhecimento por meio de Relatórios de Inteligência e, excepcionalmente, com a produção de provas por meio de Relatórios Técnicos, destinados aos procedimentos policiais e judiciais que ficam acessíveis ao público externo.

No período de 06 de janeiro a 20 de dezembro de 2021, a Divisão de Inteligência recebeu 518 pedidos de buscas e diligências de diversos órgãos por ofícios, memorandos, Boletins de Ocorrência Policial Militar (BOPM), Disque Denúncia, processos, audiência de custódia, notícia de fato, mandado de prisão, despachos dos presidentes de comissões correicionais e outros. Nesse período, foram concluídos 485 pedidos de buscas e de diligências mediante relatórios de inteligência, relatórios técnicos de rastro, relatório de antecedentes pessoais e certidões. Ainda estão em análise 33 pedidos, conforme tabela e gráfico a seguir:



RESOLUTIVIDADE EM 2021

SOLUÇÃO	QUANTIDADE
Concluídos	485
Em Análise	33
TOTAL	518

Fonte: Divisão de Inteligência.

DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA PRODUZIDOS EM 2021

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Relatório de Inteligência	14
Relatório Técnico de Rastro	71
Relatório de Diligência	28
Relatório de Antecedentes Pessoais	57
TOTAL	170

Fonte: Divisão de Inteligência.



AÇÕES DE BUSCAS REALIZADAS EM 2021

AÇÕES DE INTELIGÊNCIA	QUANTIDADE
Levantamento em outros municípios (Portel, Abaetetuba, Salinas e Mosqueiro)	04
Missões extraordinárias (reconhecimento operacional e vigilância)	230
Missões extraordinárias para outros Estados (Investigação Social)	12
Levantamento para cumprimento de Mandado de prisão	03
Levantamento em apoio à operação da DJPM	15
TOTAL	264

Fonte: Divisão de Inteligência.



Seção da Corregedoria.



Atendimento - PM Vítima.

POLICIAL PROTEGIDO

Divisão PM Vítima

A Divisão PM Vítima atua no campo administrativo com o acompanhamento e o apoio aos policiais militares e familiares que sofrem ameaças e tentativas contra sua integridade física. A rede de proteção abrange o acolhimento feito mediante protocolo de atendimento, que identifica a situação de risco do policial de forma detalhada, incluindo as informações de todos os envolvidos. Depois, é produzido um Relatório de Análise de Risco para avaliar a gravidade das ameaças.

Uma ação conjunta entre a Divisão PM Vítima da Corregedoria-Geral e o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP), traçam o perfil psicossocial do policial que esteja em situação de vulnerabilidade. Após o atendimento, pode ocorrer os seguintes procedimentos: inclusão no Programa Rede de Proteção, que irá solicitar o policiamento com rondas ostensivas no local próximo à residência do Policial; Auxílio Aluguel Social, que disponibiliza o valor de R\$ 523,00 em caráter emergencial para a mudança de moradia; e a transferência do policial para outra Unidade Policial Militar.

Ao todo, 430 policiais militares estão incluídos no programa Rede de Proteção, 285 estão recebendo o Auxílio Aluguel Social e 7 foram transferidos para outra Unidade.

Importante ressaltar que a SEGUP, em conjunto com a Companhia de Habitação Popular (COHAB), por meio da Polícia Militar, celebraram o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 005/2018, com o objetivo de estabelecer o Auxílio Moradia para policiais militares do quadro de praças, o que fez a procura pelo acolhimento da Divisão PM Vítima crescer exponencialmente no ano de 2021.



ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO PM VÍTIMA EM 2021

MÊS	Nº DE ATENDIMENTOS
JANEIRO	7
FEVEREIRO	12
MARÇO	17
ABRIL	18
MAIO	7
JUNHO	6
JULHO	15
AGOSTO	9
SETEMBRO	12
OUTUBRO	8
NOVEMBRO	3
DEZEMBRO	3
TOTAL	117

Fonte: Divisão PM Vítilma.

INSCRITOS NO PROGRAMA PM VÍTIMA DE 2017 A 2021

ANO	QUANTIDADE
2017	12
2018	477
2019	283
2020	85
2021	117
TOTAL	974

Fonte: Divisão PM Vítilma.

TRANSFERIDOS PELO PROGRAMA PM VÍTIMA

ANO	QUANTIDADE
2017	3
2018	21
2019	17
2020	8
2021	7
TOTAL	56

Fonte: Divisão PM Vítilma.

A demanda pela ação da Divisão PM Vítilma aumentou em 2018, ocasião em que o auxílio aluguel entrou em vigor, agraciando os policias militares e proporcionando a busca por locais menos vulneráveis.



Redução de Mortes

Ações da Polícia Militar com outros órgãos do Estado resultaram na queda do número de mortes de policiais militares em 2021

Ano de 2017 33 policiais militares: 22 da ativa e 11 veteranos	Ano de 2019 29 policiais militares: 19 da ativa e 10 veteranos	Ano de 2021 07 policiais militares: 5 da ativa e 2 veteranos
Ano de 2018 44 policiais militares: 29 da ativa e 15 veteranos	Ano de 2020 12 policiais militares: 12 da ativa	

Ronda Disciplinar Ostensiva – RDO

Para contribuir ainda mais com o bom cumprimento do papel institucional da Corporação, por meio da Portaria n.º 213/2021 – GAB.CMDO, foram instituídos a Ronda Disciplinar Ostensiva (RDO) e o Plantão de Polícia Judiciária Militar (PPJM), com a missão de auxiliar os Comandantes, Chefes e Diretores no controle disciplinar por intermédio de prevenção, de orientação e de fiscalização das atividades policiais militares.

Atuação

Foram realizadas mais de 60 visitas a Unidades da PMPA, na Região Metropolitana de Belém para orientação da tropa nos processos e procedimentos disciplinares. Também foram feitas orientações acerca do uso correto do uniforme, conforme previsto no Regulamento de Uniformes da PMPA, da postura e da compostura no serviço e na atuação das guarnições nas ruas, com base na legalidade e no respeito aos direitos humanos.



Oficial Corregedor Rondante fazendo preleção à tropa.



Plantão de Polícia Judiciária Militar – PPJM

O serviço de Plantão de Polícia Judiciária Militar (PPJM) tem como oficial encarregado um Capitão ou Major, podendo essa função ser exercida, excepcionalmente por um Tenente-Coronel. Além de atuar na condição de representante da Corregedoria-Geral, cabe ao Oficial do PPJM orientar as OPMs nas diversas situações e nas ocorrências de maior complexidade que exijam o exercício do poder de Polícia Judiciária Militar.

Os trabalhos de verificação *in loco* reforça o compromisso da Corregedoria-Geral em buscar a excelência em todos os aspectos da Corporação, como observar a rotina administrativa de cada Unidade Policial e conhecer a dinâmica de policiamento, de acordo com as áreas estabelecidas em ordem de missão, para promover a aproximação entre o órgão correicional e o efetivo, estreitando os laços de urbanidade, sempre com base na hierarquia e disciplina.

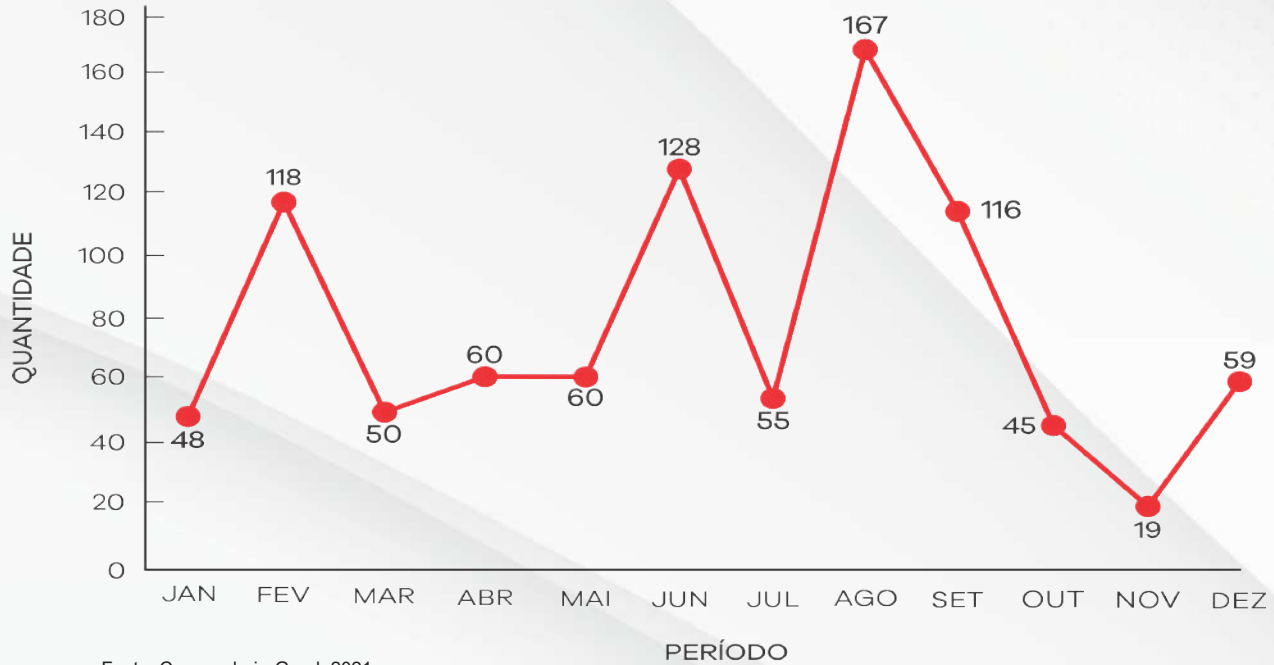


Oficial Corregedor Rondante em preleção à tropa.



Premiação Pecuniária por apreensão de armas de fogo

Quantidade de apreensão de armas que resultaram em premiação pecuniária



Fonte: Corregedoria-Geral, 2021.

Quantidade de armas apreendidas no ano que resultaram em processos de premiação pecuniária deferidos pela PMPA.



Fonte: Corregedoria Geral, 2021.



Valor da premiação em R\$ (reais) decorrente das armas apreendidas que resultaram em processos deferidos pela PMPA.



Fonte: Corregedoria Geral. Dezembro de 2021.



Armas apreendidas no Estado.